



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>





PALOTINA - PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALOTINA
- PARANÁ

Nutricionista

EDITAL Nº 092/2025

CÓD: SL-147ST-25
7908433283577

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	9
2. Estabelecimento de relações intratextuais e intertextuais	10
3. Dedução de ideias e pontos de vista implícitos nos textos; captação da linha argumentativa do autor	11
4. Inferência de efeitos de sentido na textualidade; análise de texto do ponto de vista da unidade temática e estrutural ...	12
5. Identificação do significado de palavras, expressões ou estruturas frasais em determinados contextos	15
6. Reconhecimento da natureza dominante de um texto quanto ao gênero (conto, artigo, carta etc.) e sua função social, ao tipo (dissertativo, descritivo, narrativo etc.)	17
7. Registro (formal, informal), variedade (padrão, não padrão) e modalidade (oral, escrita)	19
8. Domínio dos mecanismos de coesão textual e aspectos relativos à coerência textual	20
9. Compreensão da estrutura sintática e implicações semânticas no âmbito do parágrafo.....	21
10. Reescrita de frases e parágrafos do texto; substituição de palavras ou de trechos de texto; reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto	21
11. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos	22
12. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais	24
13. Processos de formação de palavras	33
14. Mecanismos de flexão dos nomes e verboemprego de tempos e modos dos verbos em português.....	34
15. Sintaxe: estrutura morfossintática do período; termos da oração; relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração	36
16. Concordância nominal e verbal	39
17. Transitividade e regência de nomes e verbos	40
18. Pontuação	43
19. Domínio da acentuação gráfica	44
20. Domínio da ortografia oficial	46

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Conjuntos.....	55
2. Conjuntos numéricos. operações com números inteiros, fracionários e decimais. potenciação. radiciação. frações, decimais, dízimas e operações.....	58
3. Números primos	70
4. Múltiplos e divisores (mmc e mdc).....	71
5. Polinômios e operações com polinômios	74
6. Notação científica	80
7. Regra de três simples e composta	80
8. Equação de 1º. e 2º grau	81
9. Sistema de equações	84
10. Porcentagem	85
11. Organização de dados estatísticos, quadros e tabelas.....	87
12. Progressão aritmética e geométrica	94

13. Probabilidade.....	97
14. Perímetro, área e volume das principais figuras geométricas	100
15. Problemas de lógica matemática. problemas do cotidiano com números (naturais; inteiros; racionais; irracionais; reais e números complexos).....	105

Conhecimentos Gerais

1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, ecologia e suas inter-relações e suas vinculações históricas em termos nacionais. temas que abordam debates sobre políticas públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética, e educação ambiental na abrangência municipal, estadual e federal	111
2. Tópicos da história e da geografia do estado e do brasil	111
3. Conhecimentos sobre a história, a geografia, a cidade, o meio de vida, o trabalho e a economia do município	141
4. Lei orgânica do município	142
5. Lei que dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos do município	169
6. Lei que dispõe sobre o plano de carreiras, cargos e remuneração dos servidores do município	189
7. Lei que dispõe sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal e dá outras providências, bem como suas alterações.....	194
8. Significado das palavras, coletivos e termos usados regionalmente	202

Conhecimentos Específicos Nutricionista

1. Formação, legislação e ética no exercício profissional.....	207
2. Sistema de vigilância alimentar e nutricional; legislação sanitária dos alimentos.....	217
3. Bases científicas para o estabelecimento dos requerimentos nutricionais e das recomendações dietéticas	225
4. Promoção da alimentação saudável; segurança alimentar e nutricional no brasil; políticas e programas de nutrição e alimentação no brasil.....	228
5. Avaliação nutricional, necessidades e recomendações nutricionais na gestação, infância e adolescência; amamentação e alimentação complementar no primeiro ano de vida; diagnóstico, tratamento e prevenção da obesidade e carências nutricionais na infância e adolescência; métodos e técnicas de avaliação nutricional em adultos e idosos; cuidado nutricional de adultos e idosos	230
6. Fisiopatologia e dietoterapia nas doenças renais, dislipidemias, diabetes mellitus, obesidade, hipertensão arterial, afecções do trato digestório, câncer, pneumopatias anemias e síndrome metabólica	238
7. Controle higiênico, sanitário e tecnológico de alimentos: sistemas de controle de qualidade de alimentos.....	244
8. Boas práticas para manipulação e preparação de alimentos.....	249
9. Programa nacional de alimentação do escolar (pnae) e do trabalhador (pat)	253
10. Promoção da saúde e prevenção de doenças relacionadas à alimentação e nutrição	260
11. Educação alimentar nutricional (ean)	264
12. Técnica dietética: composição e classificação dos alimentos; seleção, conservação e armazenamento; técnicas de pré-preparo, preparo e cocção	266

ÍNDICE

13. Epidemiologia nutricional: transição epidemiológica, nutricional e alimentar no brasil.....	271
14. Determinantes sociais, econômicos e culturais dos distúrbios alimentares e nutricionais	277
15. Avaliação nutricional de coletividades: métodos, técnicas e indicadores	281
16. Planejamento dos serviços de alimentação.....	286
17. Lei federal nº 13.666.....	311
18. Resolução fnde nº 3/2025 - alimentação escolar	311
19. Resoluções e portarias da atenção básica/pnab.....	312

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Alternativa A – Correta: A inclusão social está garantida na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos que tratam dos direitos fundamentais e da educação (art. 205 e art. 206), bem como na garantia de acesso à educação para pessoas com deficiência (art. 208, III).

Alternativa B – Incorreta: O complemento “mais ou menos severas” refere-se às deficiências mencionadas no texto, e não às leis. Assim, a afirmação de que “as leis podem ser mais ou menos severas” não tem respaldo no trecho fornecido.

Alternativa C – Correta: O direito à educação é universal, ou seja, abrange todas as pessoas, incluindo aquelas com ou sem deficiência. Isso está de acordo com o trecho apresentado.

Alternativa D – Correta: O texto menciona explicitamente a inclusão de pessoas com deficiências permanentes ou temporárias, confirmando a afirmação.

Alternativa E – Correta: A expressão “educação para todos” inclui também as pessoas com deficiência, o que está claramente expresso no texto.

Resposta: Letra B.

ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES INTRATEXTUAIS E INTERTEXTUAIS

RELAÇÕES INTRATEXTUAIS: DEFINIÇÃO, ELEMENTOS E FUNCIONAMENTO

As relações intratextuais dizem respeito às conexões que se estabelecem dentro de um mesmo texto, formando um todo coeso e coerente. Compreender essas articulações é fundamental para a interpretação, pois elas garantem que o texto tenha continuidade temática, lógica argumentativa e unidade de sentido.

Essa habilidade é amplamente exigida em concursos, pois demonstra a capacidade do candidato de acompanhar o encadeamento das ideias e de reconhecer as estratégias linguísticas que mantêm a integridade textual.

► Definição de relações intratextuais

As relações intratextuais ocorrem quando elementos de um texto se conectam entre si por meio de diversos recursos linguísticos e discursivos. Essas relações se estabelecem entre frases, parágrafos, períodos ou mesmo entre palavras, expressando continuidade, retomada, contraste, explicação ou progressão. Elas são essenciais para que o leitor compreenda como o texto se organiza internamente.

► Coesão textual e seus mecanismos

O conceito de coesão é central no estudo das relações intratextuais. Ela diz respeito à maneira como as partes do texto estão gramatical e semanticamente ligadas. Os principais mecanismos de coesão incluem:

- **Referência:** uso de pronomes, advérbios ou expressões que remetem a outros elementos do texto. Exemplo: João saiu cedo. Ele tinha uma reunião importante.
- **Substituição:** troca de um termo por outro que o represente. Exemplo: Comprei um livro novo. O exemplar era sobre história do Brasil.
- **Elipse:** omissão de um termo facilmente recuperável pelo contexto. Exemplo: Maria gosta de cinema, Pedro [gosta] de teatro.
- **Conjunções e conectivos:** articuladores que estabelecem relações lógicas e temporais entre partes do texto. Exemplo: Ela estudou bastante, por isso foi aprovada.
- **Reiteração lexical:** repetição de palavras ou uso de sinônimos para manter a unidade temática. Exemplo: O cachorro latiu forte. O animal parecia bravo.

Esses recursos garantem que o texto mantenha sua integridade, evitando rupturas e favorecendo a fluidez da leitura.

► Coerência textual e progressão temática

A coerência, embora mais ligada ao sentido do que à forma, também é parte fundamental das relações intratextuais. Um texto coerente apresenta ideias relacionadas entre si de modo lógico e organizado. Para isso, é necessário observar:

- **Progressão temática:** o desenvolvimento das ideias deve obedecer a uma sequência lógica, seja por causa e consequência, comparação, enumeração, entre outras formas.
- **Não contradição:** o conteúdo do texto não pode apresentar falhas lógicas ou incoerências de informação.
- **Pertinência:** cada elemento textual deve estar a serviço do tema principal, evitando digressões que desvirtuem o foco.

► Papel das relações intratextuais na compreensão e interpretação

Nos concursos, identificar as relações intratextuais é uma das chaves para resolver questões de interpretação, coesão, coerência, pontuação e uso de conectivos. Um erro comum é analisar trechos isoladamente, sem observar como eles se conectam com o restante do texto. Por isso, é essencial:

- Ler o texto como um todo antes de analisar partes específicas.
- Observar os conectores e os pronomes para entender a direção do raciocínio.
- Identificar o encadeamento das ideias, percebendo o que está sendo retomado, ampliado ou contrastado.

ESTRATÉGIAS DE IDENTIFICAÇÃO EM TEXTOS DE PROVA

A habilidade de identificar relações intratextuais e intertextuais em textos utilizados em provas é uma competência essencial e altamente valorizada em concursos públicos. Muitas vezes, a banca não usa os termos “intratextualidade” ou “intertextualidade” nas perguntas, mas explora essas relações por meio de enunciados que exigem inferência, comparação e interpretação crítica.

Para que o candidato desenvolva eficiência na resolução dessas questões, é necessário adotar estratégias de leitura atenta, análise linguística e articulação de conhecimentos prévios.

► Leitura global e atenta do texto

Antes de partir para a análise de trechos específicos, é fundamental realizar uma leitura integral e concentrada do texto. A leitura global permite:

- Compreender o tema central e o posicionamento do autor;
- Identificar a progressão temática e a estrutura argumentativa;
- Reconhecer possíveis pontos de retomada interna (intratextualidade) e elementos que dialogam com outros textos ou contextos culturais (intertextualidade).

Essa abordagem evita a leitura fragmentada e facilita o reconhecimento de articulações internas e externas.

► Localização de elementos coesivos e conectores

No caso das relações intratextuais, é indispensável observar os conectores lógicos e pronomes utilizados ao longo do texto. Esses elementos estabelecem relações de causa, consequência, contraste, condição, adição, etc., que mantêm a fluidez e a coerência do texto.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

- \in : pertence
- \notin : não pertence
- \subset : está contido
- $\not\subset$: não está contido
- \supset : contém
- $\not\supset$: não contém
- $/$: tal que
- \implies : implica que
- \Leftrightarrow : se, e somente se
- \exists : existe
- \nexists : não existe
- \forall : para todo(ou qualquer que seja)
- \emptyset : conjunto vazio
- \mathbb{N} : conjunto dos números naturais
- \mathbb{Z} : conjunto dos números inteiros
- \mathbb{Q} : conjunto dos números racionais
- \mathbb{I} : conjunto dos números irracionais
- \mathbb{R} : conjunto dos números reais

Representações

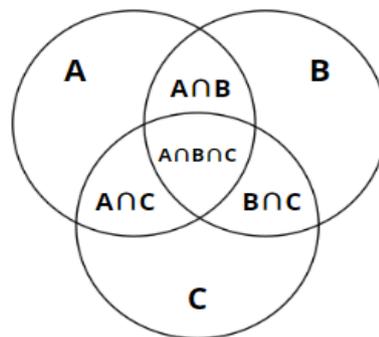
Um conjunto pode ser definido:
Enumerando todos os elementos do conjunto
 $S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$

Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$$

Enumerando esses elementos temos
 $B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$

Através do Diagrama de Venn, que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos.



Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

A é subconjunto de B ou A é parte de B

A está contido em B escrevemos: $A \subset B$

Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B, escrevemos: $A \not\subset B$

Igualdade de conjuntos

Para todos os conjuntos A, B e C, para todos os objetos $x \in U$ (conjunto universo), temos que:

- (1) $A = A$.
- (2) Se $A = B$, então $B = A$.
- (3) Se $A = B$ e $B = C$, então $A = C$.
- (4) Se $A = B$ e $x \in A$, então $x \in B$.

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos apenas comparar seus elementos. Não importa a ordem ou repetição dos elementos.

Por exemplo, se $A = \{1, 2, 3\}$, $B = \{2, 1, 3\}$, $C = \{1, 2, 2, 3\}$, então $A = B = C$.

Classificação

Chama-se cardinal de um conjunto, e representa-se por #, o número de elementos que ele possui.

Por exemplo, se $A = \{45, 65, 85, 95\}$, então $\#A = 4$.

Tipos de Conjuntos:

Equipotente: Dois conjuntos com a mesma cardinalidade.

Infinito: quando não é possível enumerar todos os seus elementos

Finito: quando é possível enumerar todos os seus elementos

Singular: quando é formado por um único elemento

Vazio: quando não tem elementos, representados por $S = \emptyset$ ou $S = \{ \}$.

Pertinência

Um conceito básico da teoria dos conjuntos é a relação de pertinência, representada pelo símbolo \in . As letras minúsculas designam os elementos de um conjunto e as letras maiúsculas, os conjuntos.

Por exemplo, o conjunto das vogais (V) é $V = \{a, e, i, o, u\}$

A relação de pertinência é expressa por: $a \in V$.
Isso significa que o elemento a pertence ao conjunto V.
A relação de não-pertinência é expressa por: $b \notin V$.
Isso significa que o elemento b não pertence ao conjunto V.

Inclusão

A relação de inclusão descreve como um conjunto pode ser um subconjunto de outro conjunto. Essa relação possui três propriedades principais:

- Propriedade reflexiva: $A \subset A$, isto é, um conjunto sempre é subconjunto dele mesmo.
- Propriedade antissimétrica: se $A \subset B$ e $B \subset A$, então $A = B$.
- Propriedade transitiva: se $A \subset B$ e $B \subset C$, então, $A \subset C$.

Operações entre conjuntos

1) União

A união de dois conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem a pelo menos um dos conjuntos.

$A \cup B = \{x | x \in A \text{ ou } x \in B\}$

Exemplo:

$A = \{1,2,3,4\}$ e $B = \{5,6\}$, então $A \cup B = \{1,2,3,4,5,6\}$

Fórmulas:

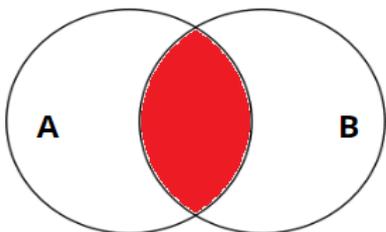
$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$

$n(A \cup B \cup C) = n(A) + n(B) + n(C) + n(A \cap B \cap C) - n(A \cap B) - n(A \cap C) - n(B \cap C)$

2) Interseção

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem simultaneamente a A e B.

$A \cap B = \{x | x \in A \text{ e } x \in B\}$



Exemplo:

$A = \{a,b,c,d,e\}$ e $B = \{d,e,f,g\}$, então $A \cap B = \{d, e\}$

Fórmulas:

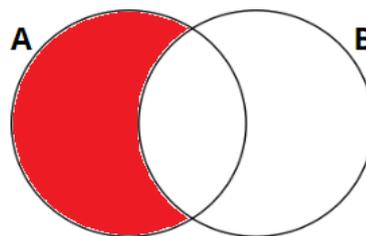
$n(A \cap B) = n(A) + n(B) - n(A \cup B)$

$n(A \cap B \cap C) = n(A) + n(B) + n(C) - n(A \cup B) - n(A \cup C) - n(B \cup C) + n(A \cup B \cup C)$

3) Diferença

A diferença entre dois conjuntos A e B é o conjunto dos elementos que pertencem a A mas não pertencem a B.

$A \setminus B$ ou $A - B = \{x | x \in A \text{ e } x \notin B\}$.



Exemplo:

$A = \{0, 1, 2, 3, 4, 5\}$ e $B = \{5, 6, 7\}$, então $A - B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$.

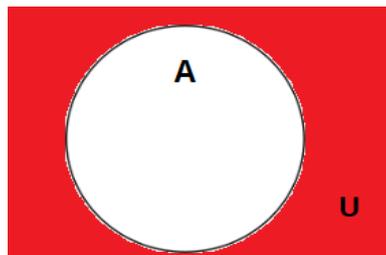
Fórmula:

$n(A - B) = n(A) - n(A \cap B)$

4) Complementar

O complementar de um conjunto A, representado por A ou A^c , é o conjunto dos elementos do conjunto universo que não pertencem a A.

$A^c = \{x \in U | x \notin A\}$



Exemplo:

$U = \{0,1,2,3,4,5,6,7\}$ e $A = \{0,1,2,3,4\}$, então $A^c = \{5,6,7\}$

Fórmula:

$n(A^c) = n(U) - n(A)$

Exemplos práticos

1. (MANAUSPREV – Analista Previdenciário – FCC/2015)

Em um grupo de 32 homens, 18 são altos, 22 são barbados e 16 são carecas. Homens altos e barbados que não são carecas são seis. Todos homens altos que são carecas, são também barbados. Sabe-se que existem 5 homens que são altos e não são barbados nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são barbados e não são altos nem carecas. Sabe-se que existem 5 homens que são carecas e não são altos e nem barbados. Dentre todos esses homens, o número de barbados que não são altos, mas são carecas é igual a

CONHECIMENTOS GERAIS

TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO: SEGURANÇA, TRANSPORTES, POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA, ENERGIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ECOLOGIA E SUAS INTER-RELAÇÕES E SUAS VINCULAÇÕES HISTÓRICAS EM TERMOS NACIONAIS. TEMAS QUE ABORDAM DEBATES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A HABITAÇÃO, CIDADANIA, SAÚDE, ÉTICA, E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ABRANGÊNCIA MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à compreensão do mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informativo para transmitirem outros tipos de informação, como

fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na “Área do Cliente”.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

TÓPICOS DA HISTÓRIA E DA GEOGRAFIA DO ESTADO E DO BRASIL

BRASIL HISTÓRIA DO BRASIL

► Resumo

- A Era das Grandes Navegações (séculos XV e XVI) foi o processo que viabilizou a chegada dos portugueses ao território brasileiro.
- O território conhecido como Monte Pascoal, na Bahia, foi a primeira visão dos portugueses, na data de 22 de abril de 1500.
- A Carta de Pero Vaz de Caminha é o registro oficial de toda a constituição das terras brasileiras à primeira vista.
- Ilha de Vera Cruz foi o primeiro nome que os colonizadores deram à terra descoberta, antes de decidirem chamá-la de Brasil, em referência à resina presente árvore de tronco avermelhado e abundante no terreno, o Pau-Brasil.
- Pedro Álvares Cabral liderou a expedição formada por 1.200 homens distribuídos em 13 embarcações.
- No dia 26 de abril de 1500, foi realizada a primeira missa em território brasileiro.

- Em 1º de maio, os exploradores partiram para a Índia, seu destino inicial.

► **Contextualização**

As Grandes Navegações: as constantes expedições exploratórias foram organizadas e empreendidas pelos portugueses no século XV e se estenderam até o século seguinte na extensão do Oceano Atlântico. Os principais fatores que favoreceram essa iniciativa foram:

- **Unificação territorial:** as terras portuguesas foram fixadas no século XIII, com a tomada da região Sul de Portugal, que estavam em posse dos mouros, pelo então Rei D. Afonso III.
- **Revolução de Avis:** ocorrida no final do século XIV (1383-1385), essa reforma encerrou a dinastia Borgonha e deu início à dinastia de Avis (João, o mestre de Avis, passou a ser o Rei de Portugal).
- **Estabilidade Política:** a partir da Revolução, o governo português vivenciou uma grande solidez, o que viabilizou o desenvolvimento marítimo, entre outros avanços comerciais e tecnológicos.
- **Geografia:** a localização geográfica de Portugal favorecia o acesso às correntes oceânicas do Atlântico, o que, além de tudo, fazia de Lisboa um importante centro do comércio.
- **Fechamento da via habitual que levava ao Oriente:** em meados do século XVI, Portugal usufruía de mercadorias que eram raras na Europa, mas abundantes na Ásia. Incensos, perfumes, especiarias como noz-moscada e pimenta do reino era muito valiosas. Por isso, com o fechamento da rota antiga, que passava pela cidade italiana de Constantinopla, os portugueses precisaram empenhar-se na exploração dos oceanos.

Tratado de Tordesilhas: acordo feito entre espanhóis e portugueses, que, como base em uma linha imaginária, dividiu o “Novo Continente”, como eram chamadas as terras da América do Sul.

- **Expedição Espanhola:** os portugueses foram pioneiros na exploração dos oceanos e, naturalmente, donos das maiores descobertas. A expedição de Cristóvão Colombo, iniciada em outubro de 1492 e subsidiada pelo governo espanhol, foi a única exceção do domínio português nessas empreitadas.
- **Disputa:** após a chegada de Colombo à América (1492), os territórios descobertos passaram a ser concorridos entre espanhóis e portugueses. Na tentativa de reprimir a expansão de seus concorrentes, Portugal propôs acordos que ficaram conhecidos como Inter Caetera (1493) e Tratado de Tordesilhas (1494). Os contratos dividiram as terras recém descobertas entre as duas nações, sendo que o segundo determinou a divisão da seguinte forma: os territórios a oeste da linha pertenceriam à Espanha; a extensão a leste ficariam com Portugal.
- **Brasil colônia (1530–1815):** Capitânicas hereditárias, economia, extrativismo vegetal, extraivismo mineral, pecuária, escravidão, organização político-administrativa, expansão territorial

Capitânicas Hereditárias: assim eram chamadas as divisões de terras que, juntas, formaram a primeira administração territorial implantada pelo Rei João III, no ano de 1534, durante o período de colonização da América Portuguesa. No processo, 15 áreas foram separadas, formando 14 capitânicas (a de São Vicente foi dividida em duas); estas foram cedidas aos beneficiários, nobres cidadãos portugueses. A estruturação do território em capitânicas, que se estendiam de norte ao sul por toda extensão continental brasileira, não se sustentou por um longo período, tendo seu fim com o surgimento do Governo Federal, em 1548.

- **Administração:** parte dos poderes do rei era outorgada aos chamados donatários, que, com isso, ficavam responsáveis pela governança do local, e, como contrapartida, arrecadavam tributos dos habitantes, tendo que repassar à coroa portuguesa parte dessa arrecadação.
- **Donatário:** era a principal autoridade da capitania, sendo encarregado de pelo seu desenvolvimento autônomo (ou seja, sem auxílio financeiro).
- **Vínculo formal:** a relação era legalizada entre cada donatário e a Coroa portuguesa por meio de dois documentos: a Carta de Doação, que outorgava a propriedade, e a Carta Foral, que estabelecia os direitos e os deveres de cada uma das partes.

Economia: a economia do Brasil colonial se desenvolveu no ápice do mercantilismo, e se firmou sobre três eixos: as grandes propriedades, o fornecimento de cana-de-açúcar e outros itens alimentícios à metrópole e a extração de metais preciosos. Este último se dava, fundamentalmente, com base no trabalho escravo. Os interesses comerciais da Coroa, a quem eram destinadas as atividades econômicas, estas eram predominantemente baseadas em políticas comerciais voltadas para os mercados estrangeiros, com vistas à monopolização e à arrecadação de tributos à coroa. As atividades econômicas do período foram:

- **exploração do pau-brasil:** foi a primeira atividade econômica do Brasil Colonial, mas não se prolongou por muito tempo, pois a madeira entrou em escassez na região da Mata Atlântica, devido à extração desenfreada
- tráfico negreiro
- cultivo de cana-de-açúcar
- mineração
- exploração de diamantes
- pecuária
- **agricultura diversificada:** cultivo, produção e exportação de produtos como tabaco, algodão, tabaco e cacau, principalmente
- cultivo e exportação de café

Extrativismo vegetal: basicamente, o termo extrativismo engloba o universo de atividade de colheita de produtos da natureza, sejam de origem mineral, animal ou vegetal (por exemplo, madeira, frutos, raízes e látex). Foi a primeira atividade econômica da Humanidade, precursora da pecuária e da agricultura. A atividade extrativista é realizada em tipos de plantas que nascem espontaneamente na natureza (sem a necessidade de cultivo pelo ser humano). No Brasil Colônia, a retirada do pau-brasil era a principal prática do extrativismo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Nutricionista

FORMAÇÃO, LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

A formação acadêmica do nutricionista não se limita ao domínio técnico-científico da alimentação e nutrição. Um de seus alicerces mais importantes é a ética, que fundamenta a postura profissional diante das múltiplas situações que envolvem a saúde humana, as relações sociais e a integridade científica. Na base da ética profissional estão os **princípios morais e valores** que orientam o comportamento do futuro nutricionista: respeito à dignidade da pessoa, responsabilidade, honestidade, justiça e compromisso com o bem comum.

Esses valores não são abstratos — eles se concretizam no dia a dia da formação acadêmica e, futuramente, na prática profissional. Desde as primeiras disciplinas teóricas até os estágios supervisionados, o estudante de nutrição aprende que seu trabalho envolve **decisões com impacto direto na vida das pessoas**, exigindo não apenas conhecimento técnico, mas também discernimento ético.

A ética como eixo transversal no currículo acadêmico

A ética deve ser entendida como **um eixo transversal** em todo o curso de graduação em Nutrição. Isso significa que ela não deve estar restrita a uma disciplina isolada, mas presente em todas as etapas da formação, desde o ensino básico da bioética até a atuação prática em estágios, projetos de extensão e pesquisa.

O Conselho Nacional de Educação e o Ministério da Educação (MEC), por meio das **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs)** para os cursos de Nutrição, estabelecem que a formação do nutricionista deve estar fundamentada em princípios éticos e humanísticos, promovendo uma visão crítica, reflexiva e responsável da atuação profissional. Dessa forma, a ética é construída em diálogo constante com os saberes técnicos e científicos, moldando um profissional sensível às realidades sociais e comprometido com o bem-estar coletivo.

Além disso, a abordagem ética na formação envolve discussões sobre **dilemas reais**, como o sigilo de informações, o respeito à autonomia do paciente, a equidade no atendimento, o uso de dados em pesquisas científicas e o enfrentamento de práticas discriminatórias ou excludentes.

Diretrizes curriculares nacionais (DCNs) para o curso de Nutrição

As DCNs para o curso de Nutrição (Resolução CNE/CES nº 5/2001, posteriormente atualizada por outras resoluções) orientam que o perfil do egresso deve incluir **a compreensão do ser humano em sua totalidade**, respeitando os aspectos éticos, culturais, políticos e econômicos que influenciam a alimentação e a saúde. O profissional formado deve ter consciência crítica do seu papel como agente de transformação social.

Dentre os objetivos da formação previstos nas DCNs, destacam-se:

Desenvolver competências técnicas e humanísticas com base em princípios éticos e legais;

Estimular o exercício da cidadania e a responsabilidade social;

Promover a formação crítica, reflexiva e voltada para a solução de problemas da sociedade;

Garantir a capacidade de atuação multiprofissional, respeitando os saberes e limites de outras áreas da saúde.

Essas diretrizes deixam claro que o nutricionista não pode se limitar ao conhecimento biomédico. Ele deve ser preparado para atuar em diferentes contextos — clínicos, comunitários, hospitalares, escolares, empresariais, entre outros — com **responsabilidade ética** e sensibilidade social.

A ética como preparação para o exercício profissional

Durante o curso, o estudante é colocado frente a situações que exigem não apenas raciocínio técnico, mas também **posicionamento ético diante de desafios concretos**. Isso inclui a vivência de estágios em ambientes diversos, onde o futuro profissional aprende a respeitar a autonomia do paciente, lidar com a desigualdade de acesso aos alimentos e serviços de saúde, e tomar decisões que equilibram ciência, consciência e compromisso social.

Por isso, é essencial que o ambiente universitário estimule o desenvolvimento da **consciência ética individual e coletiva**, por meio de metodologias ativas de ensino, debates, análise de casos, reflexão bioética e integração com a comunidade. A formação ética é um processo contínuo e integrador, que se inicia na universidade, mas se estende ao longo de toda a carreira do nutricionista.

CÓDIGOS E NORMAS ÉTICAS DA PROFISSÃO

O Código de Ética e Conduta do Nutricionista (CFN)

A atuação do nutricionista é regulada por normas específicas que asseguram a prática ética, segura e responsável da profissão. O principal documento que orienta essa conduta é o **Código de Ética e de Conduta do Nutricionista**, estabelecido pelo **Conselho Federal de Nutricionistas (CFN)**.

Este código tem como finalidade estabelecer os princípios, deveres e responsabilidades que norteiam o comportamento do profissional nas diferentes áreas de atuação, promovendo a **qualidade dos serviços prestados**, o respeito à dignidade humana e a preservação da integridade da profissão. Ele é atualizado periodicamente para se adequar às transformações sociais, tecnológicas e profissionais.

Entre os princípios fundamentais, destacam-se:

Respeito à vida, à dignidade e aos direitos humanos;

Atuação com responsabilidade social, ambiental e compromisso com a saúde pública;

Garantia do sigilo profissional;

Rejeição a qualquer forma de discriminação ou negligência;

Defesa do direito humano à alimentação adequada e saudável.

O não cumprimento das normas estabelecidas pelo Código pode acarretar sanções, desde advertências até a suspensão ou cassação do registro profissional, conforme previsto nas resoluções do CFN e dos Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN).

Responsabilidade profissional e limites da atuação

A ética profissional também implica reconhecer **os limites da própria atuação**. O nutricionista deve agir com base em sua formação e competência legal, evitando transgredir áreas que pertencem a outros profissionais da saúde, como a prescrição de medicamentos (exceto suplementos e alimentos funcionais, dentro do escopo permitido) ou o diagnóstico clínico de doenças.

É essencial que o nutricionista:

Tenha consciência de sua **responsabilidade civil, ética e técnica;**

Recuse-se a realizar práticas para as quais não esteja qualificado;

Mantenha-se atualizado para exercer sua função com segurança;

Adote uma postura de **humildade científica**, reconhecendo os limites do conhecimento atual.

Essas atitudes reforçam a confiança da sociedade na profissão e preservam a credibilidade da prática nutricional, especialmente em um cenário onde há grande disseminação de informações equivocadas sobre saúde e alimentação.

Ética no relacionamento com pacientes, equipe multiprofissional e sociedade

O nutricionista deve pautar todas as suas relações — com pacientes, colegas de profissão, outros profissionais da saúde e a sociedade — pela ética, empatia e respeito mútuo. Isso se traduz em diversas condutas:

No atendimento ao paciente:

Respeitar a autonomia e a individualidade do paciente;

Garantir **confidencialidade e privacidade** das informações;

Oferecer informações claras, baseadas em evidências científicas;

Evitar julgamentos morais sobre escolhas alimentares ou condições de saúde.

Na atuação multiprofissional:

Respeitar e colaborar com os demais membros da equipe de saúde;

Evitar atitudes competitivas ou desleais;

Contribuir com sua expertise para o cuidado integral do paciente;

Promover o diálogo interdisciplinar, reconhecendo o saber coletivo.

Na relação com a sociedade:

Combater fake news e práticas pseudocientíficas;

Atuar de forma educativa e preventiva, com base em princípios da saúde pública;

Participar de políticas alimentares e nutricionais com compromisso ético e social;

Evitar autopromoção enganosa ou sensacionalista, sobretudo nas redes sociais.

Sigilo profissional e consentimento informado

Do ponto de vista jurídico e ético, o **sigilo profissional** é uma das obrigações mais importantes. O nutricionista deve manter em confidencialidade todas as informações adquiridas no exercício da profissão, salvo em situações previstas por lei ou com o consentimento do paciente.

Já o **consentimento informado** é uma prática que fortalece a relação de confiança entre nutricionista e paciente. O profissional deve apresentar de forma clara os objetivos, riscos e benefícios das intervenções propostas, garantindo que o paciente tenha liberdade para tomar decisões conscientes.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E O PAPEL TRANSFORMADOR DO NUTRICIONISTA

Compromisso com a equidade e a justiça social

A atuação do nutricionista vai muito além da prescrição de dietas ou do acompanhamento clínico individualizado. O profissional da Nutrição tem um compromisso ético com a **promoção da justiça social e da equidade no acesso à alimentação saudável**, reconhecendo as desigualdades estruturais que afetam os padrões alimentares da população brasileira.

A **responsabilidade social** do nutricionista se manifesta no enfrentamento das iniquidades alimentares, ou seja, na luta contra situações em que populações inteiras não têm acesso digno, suficiente e adequado a alimentos, enquanto outras vivem em contextos de desperdício e consumo excessivo. Isso exige uma atuação crítica e comprometida com a **redução das desigualdades sociais, econômicas, culturais e territoriais**.

A ética profissional implica, portanto, em um olhar atento às **determinantes sociais da saúde**, reconhecendo que a alimentação não é apenas uma escolha individual, mas um reflexo de condições estruturais como renda, moradia, acesso à água potável, escolaridade e território.